

NOSSAS HISTÓRIAS SOMAM

Mapeamento dos Trabalhadores & Trabalhadoras Ambulantes de São Paulo

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO
SECRETARIA NACIONAL DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

S **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



Presidente: José Gonzaga da Cruz – Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente: Maria Aparecida Faria – Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretores Executivos:

Alex Sandro Ferreira da Silva: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Cecília Margarida Bernardi: Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Claudionor Vieira do Nascimento: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Edenilson Rossato: CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Elna Maria de Barros Melo: Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Gabriel Cesar Anselmo Soares: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

José Carlos Santos Oliveira: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Marta Soares dos Santos: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – SP

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa: Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Zenaide Honório: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP.

Direção Técnica:

Adriana Marcolino: Diretora Técnica

Eliana Elias: Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Victor Gnecco Pagani: Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri: Diretora Adjunta

Equipe responsável:

Laura Benevides

Tiago Rangel Côrtes

Vera Gebrim

Edgard Fusaro

Escritório Nacional:

Rua Aurora, 957 – 1º andar

CEP 05001-900 São Paulo, SP

Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394

Site: www.dieese.org.br

E-mail: en@dieese.org.br

Apresentação

O Mapeamento das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes em São Paulo é fruto de um longo processo de construção coletiva. Sua origem remonta a 2021, quando o Fórum dos Ambulantes — em articulação com outras organizações de defesa dos trabalhadores no comércio de rua — solicitou ao DIEESE a realização de uma pesquisa para a mensuração desses profissionais na capital paulista, além de levantamento de informações sobre suas características, condições de trabalho e demandas ao poder público. Em função da presença massiva e pulverizada da categoria na cidade, avaliou-se que seria necessária, primeiramente, uma etapa para a elaboração de metodologia capaz de dar conta da complexidade do levantamento em campo para, em uma segunda etapa, planejar e realizar a pesquisa.

Considerando-se a complexidade da pesquisa e o volume expressivo de recursos para sua viabilização, os movimentos que representam os ambulantes empenharam-se na busca de financiamento, o que resultou na destinação de emendas parlamentares de vereadores, deputados estaduais e deputados federais comprometidos com a pauta desses trabalhadores. No âmbito federal, o recurso foi disponibilizado pela deputada Juliana Cardoso para a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, do Ministério do Trabalho (SENAES/MTE). Na esfera estadual, a emenda foi de responsabilidade do deputado Eduardo Suplicy e a execução da parceria com o DIEESE ficou ao encargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE/GovSP). No âmbito municipal, destinaram recursos a vereadora Luana Alves, o mandato Quilombo Periférico e o mandato do então vereador Eduardo Suplicy, com gestão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDH/PMSP). Nesse esforço coletivo para o financiamento da pesquisa, o DIEESE também disponibilizou recurso advindo de emenda parlamentar federal para o custeio dos trabalhos.

É importante destacar que todas as etapas da pesquisa, desde a busca de recursos até a execução do campo, passando pela concepção metodológica, planejamento da estratégia e sensibilização dos entrevistados, contaram com a participação ativa de lideranças dos movimentos ambulantes e de estudiosos do tema, a saber: vereador Alex Barcellos, Ana Lídia Aguiar, Ananda Endo, Benedito Barbosa, Carlos Freire da Silva, Creusa Maria de Jesus, Eduardo Abramovicz, Felipe Rangel, Francisca Vânia de Maia, Gilson Nunes Vítório (Negão), vereador Hélio Rodrigues, Gilvânia Gonçalves, José Gomes, José Pedro dos Santos Neto (Pedrinho), Kleberson Ramos, Larissa D'Alkimin, Luciana Itikawa, Maíra Vannuchi, Manoel Wilson de Sousa, Marilene Ribeiro (Mara), Margarida Ramos (Meg), Otávio Anísio Amaral Ramos, Peter Cabral de Araújo Machado, Raquel Vasconcelos e Valdina de Assis Andrade.





Principais Resultados*

A pesquisa foi a campo em julho e agosto de 2025 e realizou-se em 70 das 244 “cenas” de concentração de trabalhadores ambulantes definidas para compor a pesquisa no município de São Paulo. Denominaram-se “cenas” as localidades que se caracterizam por grande fluxo de pessoas e atraem o comércio ambulante, a saber: pontos de transporte público (estações de metrô, trem e terminais de ônibus); centralidades comerciais; instalações públicas de saúde (hospitais e Unidades de Pronto Atendimento); agências do Poupatempo; parques; localidades em que estão instaladas bancas autorizadas para atuar em espaço público; e universidades; além de pontos em que o comércio ambulante se instalou, transformando o local em polo de compras. A pesquisa orientou-se para captar os ambulantes que trabalham regularmente em um ponto fixo. Isso significa que não compõem o universo investigado os que atuam em meios de transporte como trens e metrô, nem aqueles presentes em eventos.

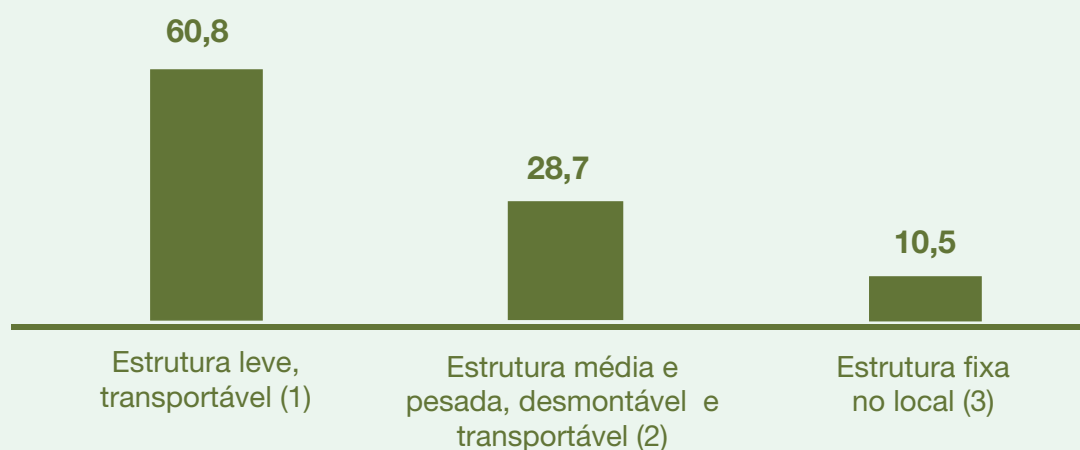
*Aqui são apresentados os principais resultados da pesquisa. Para acessar o relatório completo com a descrição metodológica, o detalhamento do desenho amostral, a execução do campo e demais resultados obtidos, acessar: <https://www.dieese.org.br/restrito/estudoAmbulantesSaoPaulo.pdf>

As bancas de venda

O levantamento em campo estimou a presença de 12.337 bancas de vendas e 12.671 ambulantes, o que significa, em média, 1,03 ambulante por banca.

Conforme se pode observar, a maioria é de estrutura leve, que corresponde a 61% do total. Bancas de estrutura média e pesada, desmontáveis e transportáveis são 29% e as de estrutura fixa nas calçadas são 11%.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das bancas, segundo estrutura
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

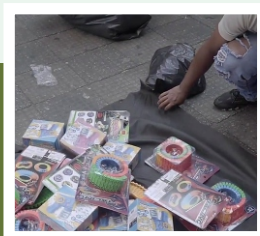
(1) arara, tripé, caixote, pano no chão, tabuleiro, caixa de isopor.

(2) carrinho com rodas, bancas de ferro ou de madeira, bancas com rodas, veículo adaptado para preparação de alimento no local.

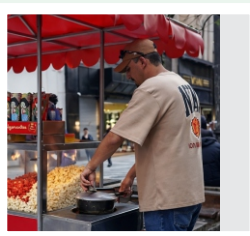
(3) fixada no chão, imóvel.

BANCAS:

São todos os tipos de suporte físico que os ambulantes utilizam para expor suas mercadorias, desde panos estendidos no chão até bancas fixadas nas calçadas.



Estrutura leve, transportáveis: araras, caixotes, panos, tabuleiros e caixa



Estrutura média e pesada, desmontáveis e transportáveis: carrinhos, bancadas fixas ou móveis



Estrutura fixa no local, são as afixadas no chão e imóveis

Mercadorias comercializadas

Mais da metade das mercadorias comercializadas nas bancas (55%) são roupas, seguidas por alimentos preparados no local para consumo imediato, com 14%. Os demais produtos são vendidos por, no máximo, 5% do total.

Gráfico 2 - Proporção de bancas, segundo mercadoria comercializada^{(1) (2)}
Município de São Paulo - 2025



Características dos ambulantes

Sexo

Os homens são a maioria dos ambulantes, representando quase dois terços (63%) da categoria, enquanto as mulheres correspondem a 37%.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc mostram que entre os ocupados do município de São Paulo no segundo trimestre de 2025, as mulheres são 46% e os homens, 54%. Isso significa que o trabalho ambulante é mais masculinizado do que o conjunto do mercado de trabalho do município.

Gráfico 3- Distribuição percentual dos ambulantes, segundo sexo
Município de São Paulo - 2025



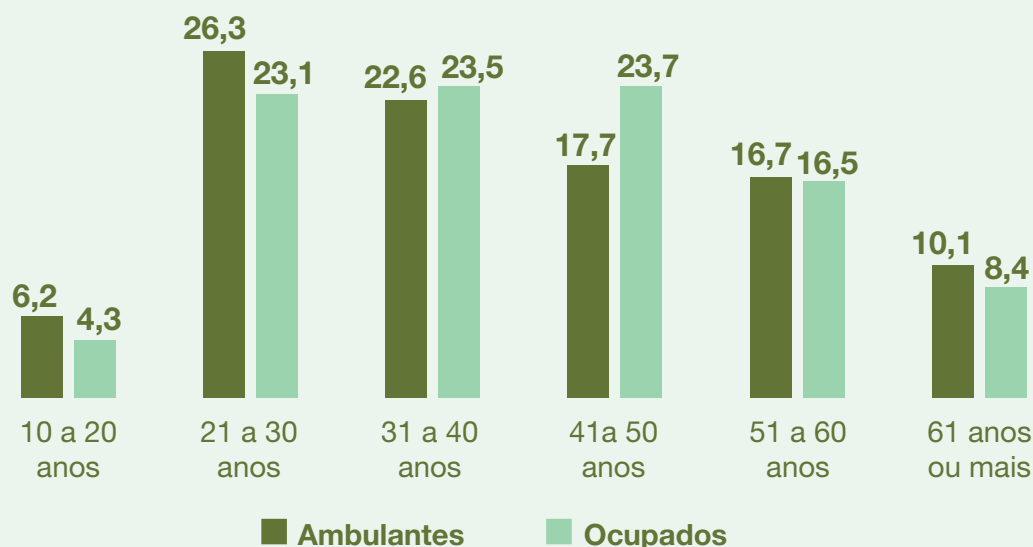
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Idade

A média de idade do conjunto dos ambulantes é de 40 anos e a mediana, de 39¹, sendo que um terço (33%) tem até 30 anos, 40% têm entre 31 e 50 anos e pouco mais de um quarto (27%), 51 anos e mais. Merece registro a parcela de 10% da categoria com 61 anos e mais que ainda trabalha na atividade.

¹ A média corresponde ao valor obtido ao somar todos os casos e dividir pelo número de observações, sendo sensível a valores muito altos ou muito baixos. Já a mediana representa o ponto central da distribuição, o valor que divide a amostra em duas metades, e, portanto, é menos afetada por extremos. A comparação entre média e mediana permite identificar o grau de dispersão e a presença de assimetrias na distribuição: quando a média é maior que a mediana, por exemplo, isso indica que há casos com valores elevados que "puxam" o resultado para cima.

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo faixa etária
Município de São Paulo - 2025



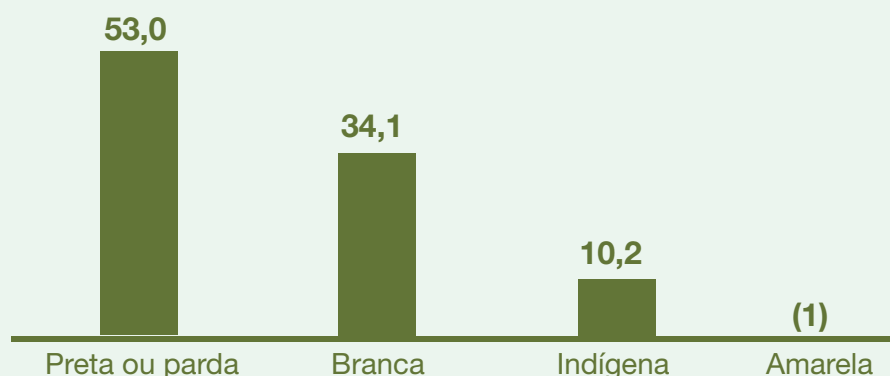
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.
IBGE: Pnad Contínua - 2.º trimestre de 2025.
Elaboração: Dieese.

Cor ou raça

Mais da metade dos ambulantes é preta ou parda (53%); mais de um terço (34%) é branca; e 10% são indígenas. Do total dos indígenas, quase 90% são imigrantes sul-americanos, em especial, bolivianos. A proporção de amarelos entre os ambulantes não pôde ser aferida, em função do baixo número de casos registrados.

Entre os ocupados do município de São Paulo no segundo trimestre de 2025, notam-se distinções significativas. De acordo com a PNADc, os brancos são mais da metade dos ocupados, representando 53% do total; já os pretos ou pardos correspondem a 44% - nove pontos percentuais a menos que o registrado entre os ambulantes. Os amarelos, que têm frequência inexpressiva entre os ambulantes, são 2% dos ocupados paulistanos e os indígenas não alcançam proporção suficiente para o cálculo do percentual.

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo cor/raça
Município de São Paulo - 2025



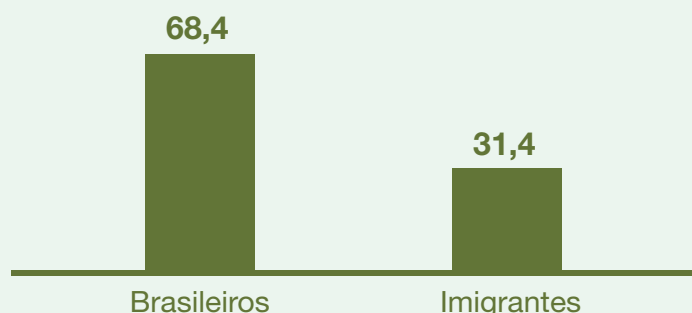
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Nacionalidade*

A presença de imigrantes entre os trabalhadores ambulantes é expressiva, correspondendo a 31% do total, diante de 68% de brasileiros. Foram entrevistadas pessoas de mais de 30 nacionalidades, provenientes de quase todos os continentes do planeta, naturais dos seguintes países: República Democrática do Congo, Gana, Guiné-Bissau, Mauritânia, Nigéria, Togo, Senegal, Angola, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Conacri, Marrocos, Moçambique, Equador, Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Chile, Bélgica, Espanha, Itália, Portugal, Turquia, Haiti, Cuba, República Dominicana, México, Coreia do Sul, Irã, Nepal, Paquistão e Taiwan. Do total de entrevistados, 25% eram da América do Sul; 2%, de algum dos países africanos; e 2%, da América Central ou Caribe. Os bolivianos correspondem a um quinto do conjunto dos ambulantes, configurando a maior nacionalidade presente na pesquisa.

Gráfico 6- Distribuição percentual dos ambulantes, segundo nacionalidade
Município de São Paulo - 2025

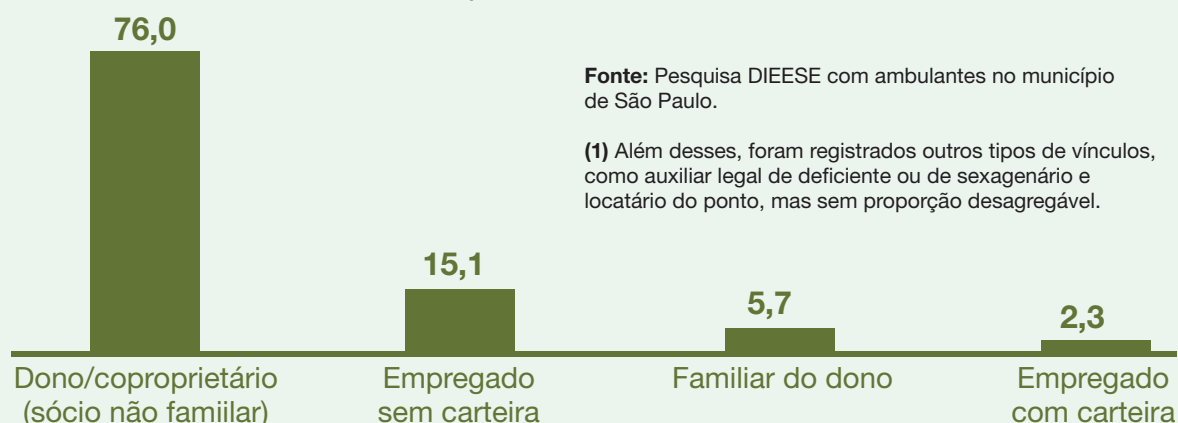


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Características profissionais dos ambulantes

Mais de três quartos dos ambulantes (76%) são proprietários do ponto em que atuam; 15% são empregados sem carteira assinada; 6% são familiares do proprietário; e 2% são empregados com carteira assinada.

Gráfico 7- Distribuição percentual dos ambulantes, segundo relação com o ponto em que trabalham⁽¹⁾
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

(1) Além desses, foram registrados outros tipos de vínculos, como auxiliar legal de deficiente ou de sexagenário e locatário do ponto, mas sem proporção desagregável.

*No estudo completo há uma seção específica sobre os imigrantes ambulantes. Para maiores informações, consultar: <https://www.dieese.org.br/restrito/estudoAmbulantesSaoPaulo.pdf>

Tempo de trabalho como ambulante

Cerca de metade dos ambulantes exerce a profissão há menos de cinco anos; e para mais de um quarto (26%), esse período é inferior a dois anos. Outros 20% trabalham no comércio de rua entre seis e 10 anos e 28% estão na atividade há 11 anos ou mais. Note-se que 15% são ambulantes há mais de 21 anos.

Esses dados indicam que, para parte expressiva da categoria, esta não é uma atividade transitória, mas de médio e longo prazo

Gráfico 8- Distribuição percentual dos ambulantes, segundo tempo em que trabalham como ambulantes
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Também merece atenção especial o tempo de profissão dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar, dado que se arriscam diariamente a ter suas mercadorias confiscadas. Desses não permissionários, que representam 56% da categoria, quase metade (46%) está na atividade há mais de seis anos; cerca de um quarto (24%), há mais de 11 anos; e 11%, há 21 anos ou mais.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar, segundo tempo em que trabalham como ambulantes
Município de São Paulo - 2025

Tempo de trabalho	Percentual ⁽¹⁾
Até 5 anos	56,5
6 a 10 anos	43,5
11 a 20 anos	13,3
21 anos ou mais	10,6
Não sabem/não responderam	(2)

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

(1) No total dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Condições do trabalho ambulante

Permissão para trabalhar em espaço público

Uma das questões cruciais para a viabilização do trabalho ambulante é a aquisição do direito a atuar em via pública, concedido exclusivamente pelo poder público. No município de São Paulo, vigoram atualmente algumas modalidades de permissão, a saber: TPU – Termo de Permissão de Uso; “Tô Legal; e Cooperativas de Ambulantes. Ainda há programas destinados especificamente à concessão de licença para que artesãos possam comercializar suas mercadorias, quais sejam, a Carteira do Artesão, de âmbito estadual; a CNA – Carteira Nacional do Artesão e o Programa Mãos e Mentes Paulistanas.





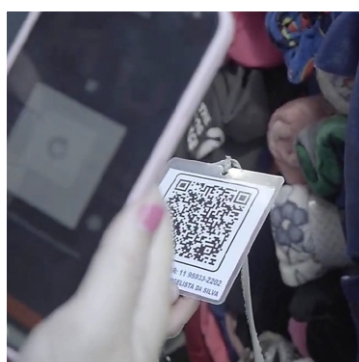
O **TPU** é previsto na Lei 11.039, de 1991, e na Lei 13.635, de 2003, que atribuem a responsabilidade pela concessão de pontos às Subprefeituras de São Paulo e estabelecem prioridade para Pessoas com Deficiência (PCDs), a idosos com mais de 60 anos e a egressos do sistema penitenciário. O TPU tem validade máxima de três anos para PCDs severos; de dois anos para PCDs com capacidade reduzida e sexagenários; e de um ano para egressos do sistema penitenciário e demais trabalhadores.

O **Tô Legal** é um sistema on-line implantado em julho de 2019, pela Prefeitura Municipal de São Paulo para autorizar o comércio nas vias públicas do município, com validade de até 90 dias no mesmo local. O Tô Legal também defere uma modalidade de Termo de Permissão de Uso (TPU), nesse caso mais precário e instável. No entanto, no linguajar das ruas, ambulantes costumam diferenciar o que seria TPU de Tô Legal, sendo que o primeiro se refere especificamente ao da lei de 1991.



As **Cooperativas** de trabalhadores ambulantes participam da gestão de determinados espaços públicos, como parques, e negociam para seus cooperados a autorização para exercerem a atividade nesses locais.

A **Carteira do Artesão** é concedida pela Sutaco - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades -, um órgão criado pelo Governo de São Paulo e subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.



A **CNA** é prevista na Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, e é fornecida pelo Sicab - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro -, com validade em todo o território nacional pelo prazo de seis anos.

O **Programa Mentes e Mãos Paulistanas** é um credenciamento concedido pela Prefeitura de São Paulo aos artesãos para participação em feiras de artesanato, eventos e pontos de comercialização no município.

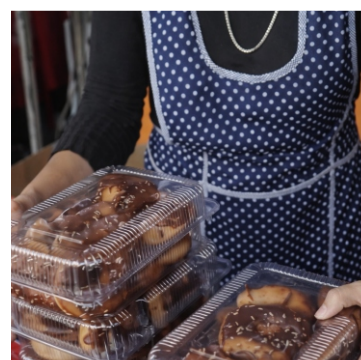
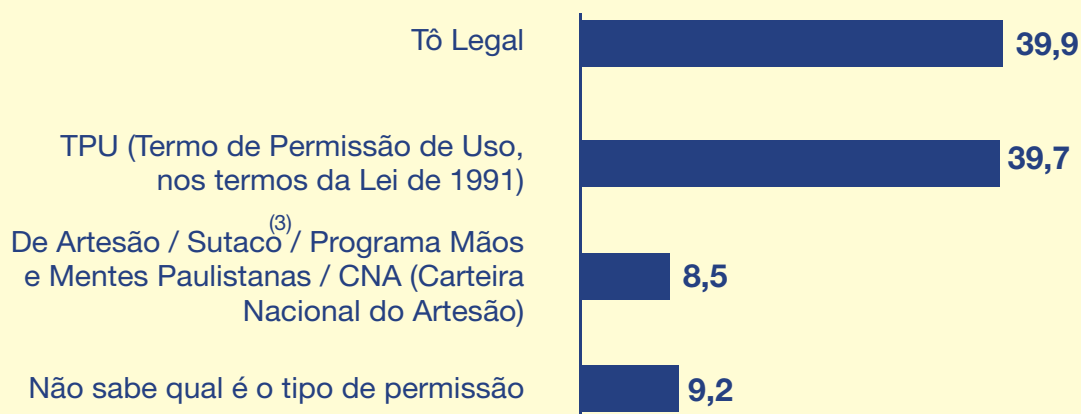


Gráfico 9- Distribuição percentual dos ambulantes que têm permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam,⁽¹⁾ segundo tipo de permissão⁽²⁾
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

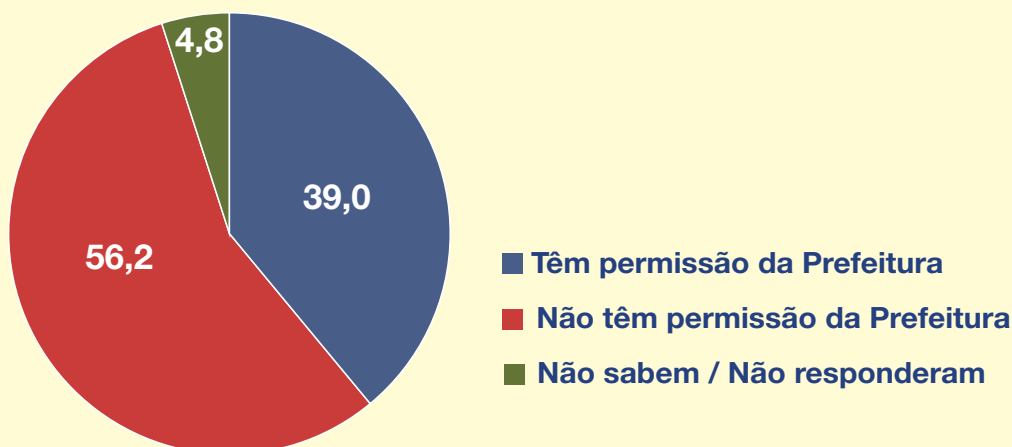
(1) No total dos que têm permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam (39,0%).

(2) Foram registrados outros tipos de permissão cuja amostra não permitiu desagregação.

(3) Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades.

Entre os ambulantes entrevistados, a maioria (56%) trabalha sem permissão do poder público e pouco menos de 40% têm algum tipo de autorização. Outros 5% não souberam – ou não quiseram – responder à pergunta.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam
Município de São Paulo - 2025

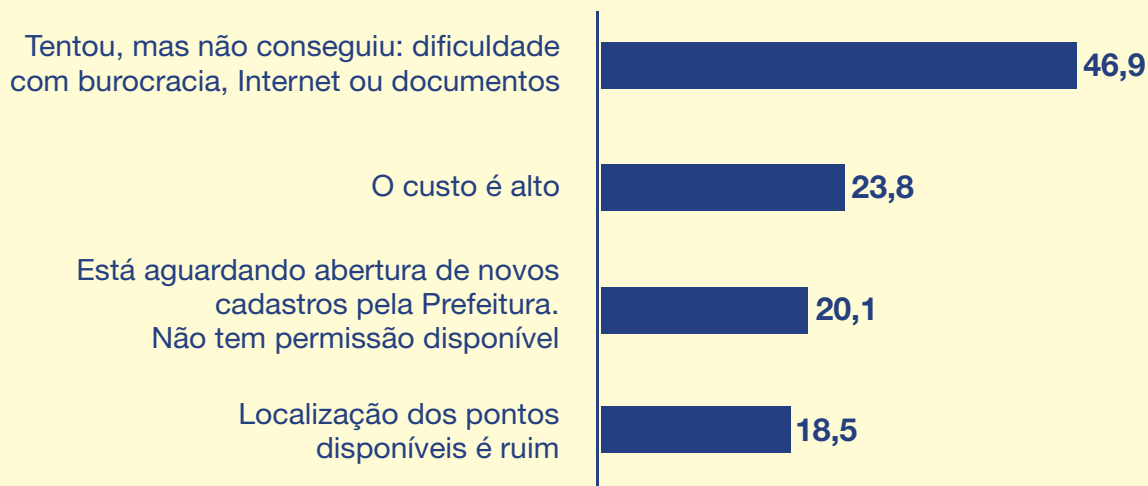


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Dos 39% que afirmaram ter permissão para trabalhar no ponto, 58% são titulares da permissão e 42% não o são. Dos permissionários, 40% possuem TPU e 40%, “Tô Legal”. Há ainda 9% que têm algum tipo de licença de artesanato e outros 9% que declararam ter autorização, mas não souberam informar de qual tipo.

Aos ambulantes que não têm permissão para atuar no comércio de rua, mas gostariam de obtê-la, indagou-se o porquê de não a terem adquirido. Quase metade desses (47%) alegou ter tentado, mas esbarrado em dificuldades com a burocracia, com a internet ou com documentos; e cerca de um quarto (24%) não pôde arcar com os custos da autorização. Ainda 20% aguardam a abertura de novos cadastros pela Prefeitura e quase 20% não têm interesse nos pontos disponíveis, que consideram inadequados.

Gráfico 11- Distribuição percentual dos ambulantes que gostariam de ter permissão para trabalhar como ambulante,⁽¹⁾ segundo motivo por não a ter⁽²⁾
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

(1) No total de ambulantes que não têm permissão para trabalhar no ponto em que atuam, mas gostariam de adquiri-la (45%).

(2) Foram ainda registrados outros motivos para a não regularização do ponto, como: permissão suspensa, em disputa judicial; impossibilidade de ter permissão no ponto ocupado e interesse em permanecer no ponto; processo de regularização em tramitação.

Jornada de trabalho

Mais da metade dos ambulantes (57%) cumpre jornadas semanais de até 44 horas - limite máximo permitido pela legislação brasileira. Entre a população ocupada do município de São Paulo, esse é o tempo dedicado ao trabalho por quase três quartos (74%). Isso mostra que é expressivamente maior a proporção de trabalhadores ambulantes que realizam jornadas superiores à estabelecida por lei: 44% contra 27% entre a população ocupada.

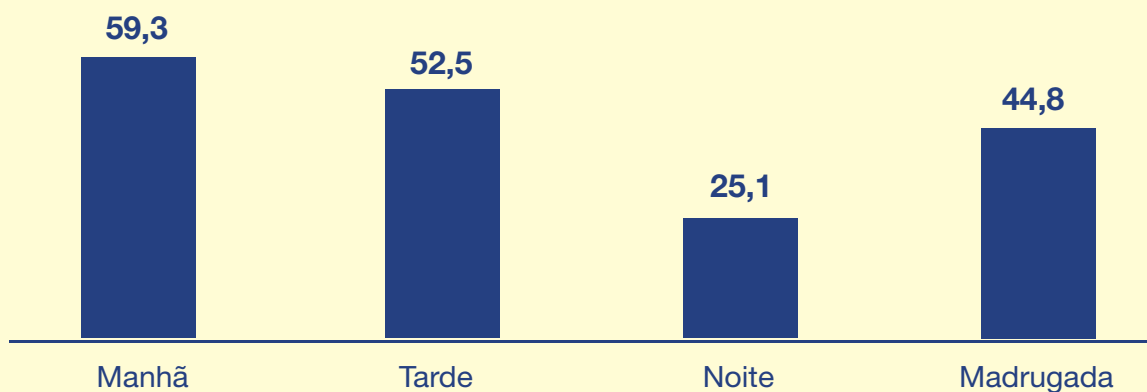
Tabela 2- Distribuição percentual dos ambulantes e da população ocupada, segundo faixas de horas trabalhadas por semana
Município de São Paulo - 2025

Faixa de horas trabalhadas por semana	Ambulantes	População Ocupada
Até 44 horas	56,5	73,5
Mais de 44 horas	43,5	26,5

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.
IBGE. Pnad Contínua - 2.º trimestre de 2025. Elaboração: DIEESE.

Quanto ao período do dia em que trabalham, aproximadamente 60% atuam pela manhã; 53%, à tarde; 25%, à noite e 45%, de madrugada.

Gráfico 12- Proporção de ambulantes, segundo turno de trabalho
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

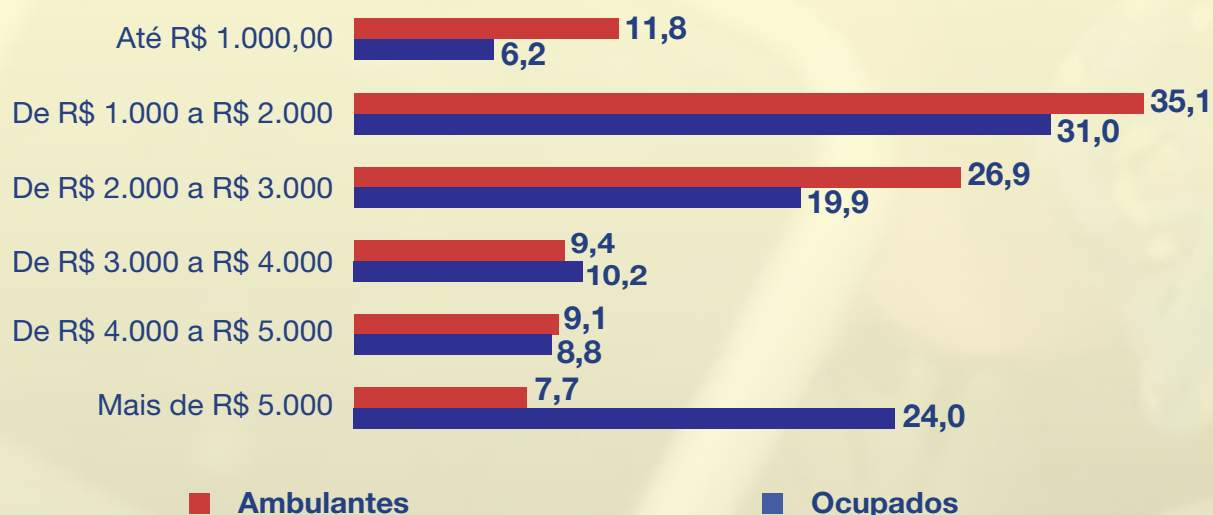
Remuneração

A média da remuneração auferida pelos ambulantes no comércio de rua é de R\$ 3.000,00, enquanto a da população ocupada no município de São Paulo é de R\$ 5.323,04. Isso significa que, na capital paulista, os rendimentos dos ambulantes representam, em média, 56,4% dos recebidos pelos demais ocupados.

A comparação entre a distribuição dos ambulantes e dos ocupados por faixas de valores dos rendimentos advindos do trabalho evidencia disparidade relevante: apenas 8% dos ambulantes recebem mais de R\$ 5.000,00, ao passo que, entre os ocupados, essa proporção é de cerca de um quarto (24%).



**Gráfico 13- Distribuição percentual dos ambulantes e dos ocupados,
segundo faixa de rendimento auferido com a profissão**
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.
IBGE: Pnad Continua - 2.º trimestre de 2025. Elaboração: Dieese.

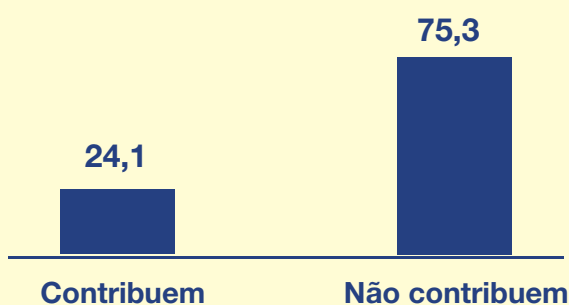
86%
dos entrevistados
vivem exclusivamente
com a renda
do comércio
ambulante

Seguridade Social

Uma das questões que mais preocupam os movimentos de defesa dos trabalhadores ambulantes é a ausência dos direitos previdenciários assegurados aos trabalhadores formalizados. Para os ambulantes, há duas formas de acessar algumas dessas garantias: como autônomos, por meio de recolhimento ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social ou como MEIs - Microempreendedores Individuais. O MEI, inclusive, é uma política criada originalmente tendo os ambulantes como um dos principais público-alvo.

Do conjunto dos entrevistados, menos de um quarto (24%) declarou contribuir para o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - e três quartos afirmaram que não contribuem, proporção oposta à observada na população ocupada do município de São Paulo, na qual esses percentuais correspondem a 73% e 27%, respectivamente, segundo a PNADc.

Gráfico 14- Distribuição percentual dos ambulantes, segundo contribuição à Previdência Social
Município de São Paulo - 2025

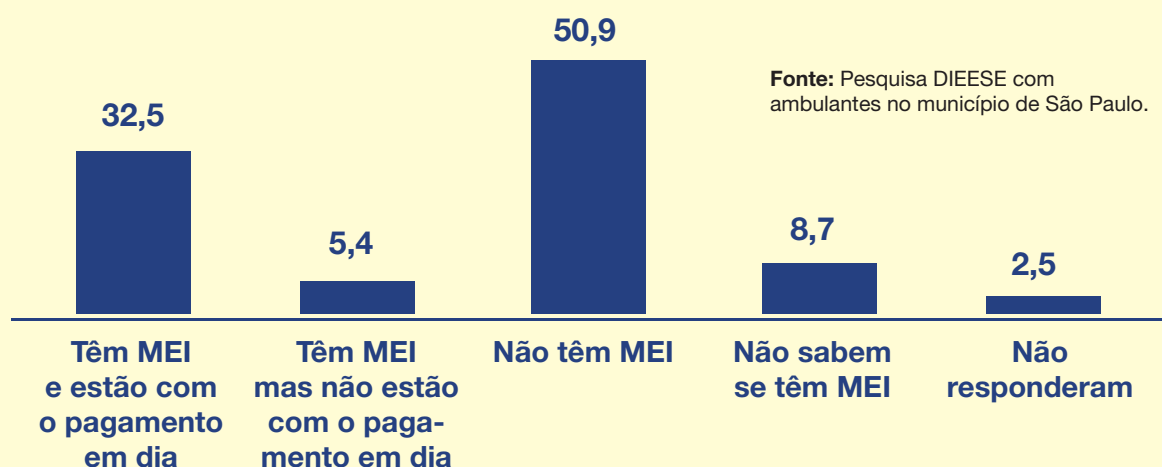


Entre os não permissionários de licença, esses percentuais são ainda mais díspares, correspondendo a 18% e 81%, respectivamente.

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Quanto ao MEI, 38% declararam possuí-lo, sendo que 33% estão com o pagamento das mensalidades em dia e 5%, em atraso. Pouco mais da metade dos entrevistados (51%) não aderiram ao MEI; e 9% não sabiam responder se o possuem ou não.

Gráfico 15 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo posse de MEI
Município de São Paulo - 2025



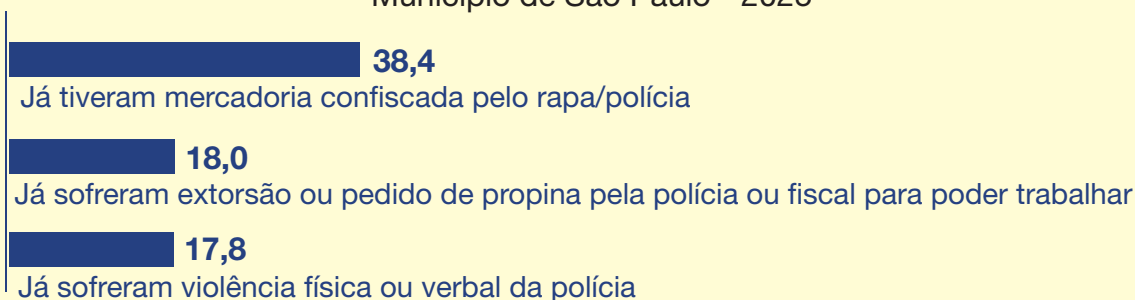
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Violência e discriminação contra os ambulantes

Um dos graves problemas que atingem os profissionais do comércio de rua é a violência a que estão submetidos no dia a dia, em especial por parte da polícia e do poder público. A pesquisa indagou aos entrevistados se haviam sofrido algum dos três tipos de violência praticados corriqueiramente na cidade de São Paulo, a saber: a) confisco de mercadorias pelo “rapa” ou pela polícia; b) extorsão ou pedido de “propina” pela polícia ou por fiscais da prefeitura, para que possam exercer seu trabalho; c) violência física ou verbal por parte da polícia.

Quase um quarto dos ambulantes (24%) declarou ter sofrido ao menos um dos três tipos de violência; 16% foram vítimas de dois deles e 6%, dos três. A ocorrência mais comum – vivenciada por 38% da categoria – foi o confisco de mercadorias, seguida de extorsão e violência física ou verbal da polícia, cada uma registrada por 18% dos trabalhadores.

Gráfico 16 - Proporção de ambulantes que sofreram confisco de mercadoria, extorsão ou violência policial
Município de São Paulo - 2025

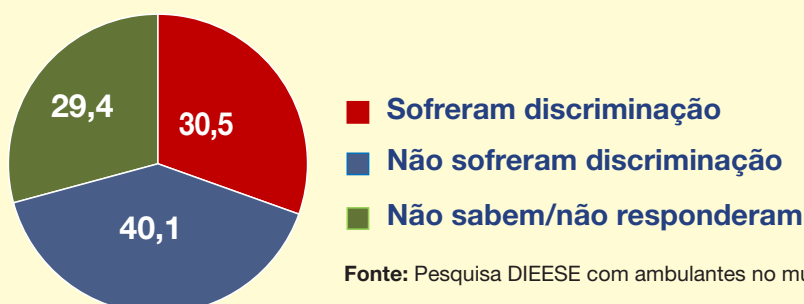


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Discriminação

Do conjunto dos entrevistados, quase um terço (31%) declarou já ter sofrido algum tipo de discriminação e 40% afirmaram não ter passado por situações desse tipo. Chama atenção a proporção dos que não souberam identificar – ou não quiseram responder – se foram ou não vítimas de atos discriminatórios, que correspondem a quase 30% da categoria.

Gráfico 17 - Distribuição dos ambulantes, segundo ocorrência de algum tipo de discriminação
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Dos 31% que foram discriminados, 81% consideram que o principal motivo para terem sido vítimas desse crime é, de longe, a profissão que exercem. Sobre o total dos entrevistados, ou seja, sobre os que declararam ter sido discriminados e os que não o foram, um quarto (25%) identifica que a discriminação se deu em função da profissão.

Discriminação motivada por racismo atingiu 14% dos ambulantes negros ou pardos; misoginia afetou 13% das mulheres; e xenofobia foi identificada por 25% dos imigrantes.

Apesar das adversidades enfrentadas no trabalho, expressiva maioria dos ambulantes - correspondente a quase três quartos do total (73%) - afirmou que não gostaria de mudar de profissão; cerca de um quarto (24%) deseja sair da atividade e 3% não souberam ou não quiseram responder à questão.

Demandas dos trabalhadores ambulantes

Ao serem indagados sobre quais medidas o poder público deveria implementar para a melhoria do trabalho ambulante, cerca de dois terços dos entrevistados (66%) reivindicaram a regularização do ponto ou a legalização da banca em que trabalham; e 45% elegeram a flexibilização das exigências para o funcionamento do ponto, mesma proporção dos que apontaram o fim do “rapa” e/ou a garantia de que a polícia e os fiscais os deixem trabalhar.

Quase 40% apontaram a necessidade de disponibilização de banheiros; 35%, a concessão de melhores pontos de venda; 31%, a melhoria da infraestrutura da banca, com fornecimento de energia, água e wifi; e 30%, aumento da segurança pública.

Acabar com a propina é uma demanda de 28% dos ambulantes; disponibilização de locais para alimentação, de 25%; criação de camelódromo, calçadão ou fechamento de rua para o comércio, também de 25%; capacitação de agentes públicos para tratamento humanizado a ambulantes, de 24%; e registro de ocorrências de violência, corrupção e discriminação contra a categoria, de 19%. Ainda foi indicada também por 19% a criação de políticas específicas para as mulheres da categoria.

Gráfico 17 - Proporção de ambulantes, segundo opinião sobre o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo.

Também se solicitou aos entrevistados que avaliassem qual deveria ser a prioridade da Prefeitura para cada um dos seguintes itens: regularização do ponto/legalização da banca; garantia para trabalhar na rua; término da Operação Delegada; disponibilização de energia elétrica e wifi; e fornecimento de água e esgoto. A avaliação deveria utilizar a seguinte escala: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade, alta prioridade; altíssima prioridade.

Operação Delegada consiste em convênio entre a prefeitura e a Polícia Militar com a finalidade de fiscalizar o trabalho ambulante e prevê que os policiais militares, em seus dias de folga, atuem fardados e com poder de fiscalização, recebendo pagamento extra do município. Essas ações têm sido denunciadas constantemente por repressão e violência contra os trabalhadores ambulantes, tendo atingido seu ápice com o assassinato do trabalhador ambulante senegalês Ngagne Mbaye, que desencadeou uma série de protestos organizados pelos movimentos representativos dos ambulantes, reivindicando o fim da Operação Delegada.

Todos os itens examinados foram considerados de altíssima prioridade por expressiva maioria dos entrevistados, com destaque para a regularização do ponto/ legalização da banca, com indicação de 96% e 95%, respectivamente.

Disponibilização de energia elétrica e Wifi, bem como fornecimento de água e esgoto para o comércio de rua foram considerados de altíssima prioridade por aproximadamente 80% dos entrevistados.



Considerações finais



A pesquisa “Mapeamento dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes do município de São Paulo” possibilitou estimar que existem no universo analisado 12.337 bancas de vendas e 12.671 ambulantes, o que significa, em média, 1,03 ambulante por banca. Quase dois terços dessas bancas (61%) são de estrutura leve, transportável, como araras, tripés, caixotes, panos estendidos no chão, tabuleiros e caixas de isopor, ou seja, são suportes precários para a exposição das mercadorias comercializadas, na maioria (55%), roupas. Mais de três quartos dos ambulantes (76%) são proprietários de suas bancas.

Quanto às características pessoais dos profissionais que compõem a categoria, há predomínio de homens, que são 63% do total; maioria de pretos e pardos (53%) e média de idade de 40 anos.

É importante registrar que 31% da categoria é composta por imigrantes de mais de 30 nacionalidades provenientes de quase todos os continentes do planeta, com predominância de sul-americanos, que correspondem a um quarto do total. Os bolivianos são um quinto do conjunto dos ambulantes, configurando a maior nacionalidade presente na pesquisa.

Da perspectiva da profissão, é expressiva a proporção dos que atuam na atividade há 11 anos ou mais - 43% -, o que indica que, para muitos, esta não é uma ocupação transitória, mas de médio e longo prazo, o que remete a uma das questões que mais dificultam o trabalho dos ambulantes: o direito ao trabalho em via pública, assegurado a menos de 40% da categoria. A maior parte dos entrevistados (56%) trabalha sem permissão do poder público e, desses, 80% teriam interesse em adquiri-la. Ressalte-se que quase metade dos não permissionários tem se arriscado a trabalhar nas ruas e sofrer algum tipo de punição há mais de seis anos.

As jornadas de trabalho dos ambulantes são mais extensas do que as da população ocupada no município de São Paulo. Do total de ocupados, cerca de três quartos (74%) cumprem jornadas semanais de até 44 horas - limite máximo permitido pela legislação brasileira - e 27% ultrapassam esse limite. Entre os ambulantes, 56% trabalham até 44 horas semanais e 44% as superam, sendo que quase 30% cumprem jornadas superiores a 51 horas.

Em relação à remuneração, a média auferida pelos ambulantes no comércio de rua é de R\$ 3.000,00, o que representa pouco mais da metade (56%) em relação aos demais ocupados da capital paulista, que recebem, em média R\$ 5.323,04.

No que se refere à Previdência Social, menos de um quarto dos ambulantes (24%) contribuem para assegurá-la, o que significa que 75% não são contribuintes. Entre os não permissionários de licença, esses percentuais são ainda mais díspares, correspondendo a 18% e 81%, respectivamente. Também a formalização como MEI não tem adesão massiva dos ambulantes: 52% afirmaram não o ter adotado.

A questão da violência é um dos problemas enfrentados cotidianamente pelos trabalhadores no comércio de rua. Quase um quarto dos respondentes (24%) declarou ter sofrido ao menos um dos seguintes tipos de violência: confisco de mercadorias pelo “rapa” ou pela polícia; extorsão ou pedido de “propina” pela polícia ou por fiscais da prefeitura; e violência física ou verbal por parte da polícia; 16% foram vítimas de dois deles e 6%, dos três. A ocorrência mais comum – vivenciada por 38% da categoria – foi o confisco de mercadorias, seguida de extorsão e violência física ou verbal da polícia, cada uma registrada por 18% dos trabalhadores.

Com relação à discriminação, quase um terço dos ambulantes (31 %) declarou já tê-la sofrido e outros 40% não reconheceram ter sido vítimas desse crime. Dos que afirmaram ter sido discriminados, 81 % creditam ao fato de serem ambulantes, ou seja, consideram que o principal motivo para serem alvo de atos discriminatórios é a profissão que exercem. Sobre o total de entrevistados, ou seja, sobre os que foram discriminados e os que não foram, um quarto (25%) identifica que a discriminação se deu em função da profissão. Discriminação motivada por racismo atingiu 14% dos ambulantes negros ou pardos; misoginia afetou 13% das mulheres; e xenofobia foi identificada por 25% dos imigrantes.

Quanto às demandas ao poder público para a melhoria do trabalho ambulante dois terços (66%) mencionaram a regularização do ponto ou legalização da banca. Em seguida, aproximadamente 45% reivindicaram o fim do “rapa” e/ou a garantia de que a polícia e os fiscais os deixem trabalhar, mesma proporção dos que elegeram a flexibilização das exigências para o funcionamento do ponto. Quase 40% apontaram a necessidade de disponibilização de banheiros; 35%, a concessão de melhores pontos de venda; 31%, a melhoria da infraestrutura da banca, com fornecimento de energia, água e wifi; e 30%, aumento da segurança pública.

Por fim, a despeito de todas as adversidades que reconhecem sofrer no trabalho, expressiva maioria dos ambulantes - correspondente a quase três quartos do total (73%) - afirmou que não gostaria de mudar de profissão.

Mapeamento dos Trabalhadores & Trabalhadoras Ambulantes de São Paulo

DIEESE

D419n Nossas histórias somam: mapeamento dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes de São Paulo / . DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2023.

30 p.

ISBN 978-65-981540-8-0

1. Trabalho 2. Vendedor Ambulante 3. Pesquisa I. Título II. Autores

CDU 331.102.12

ISBN: 978-65-981540-8-0

CDL



9 786598 154080

Agradecemos o apoio e
participação das seguintes
entidades e organizações:



NOSSAS⁺ HISTÓRIAS⁺
SOMAM⁺